


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 05 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1010577-79.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**  
Requerente: Raimunda Martins de Oliveira  
Requerido: Banco Mercantil do Brasil S/A

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

RAIMUNDA MATINS DE OLIVEIRA, qualificada nos autos, promove contra BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A a presente ação ordinária alegando, em resumo, que recebe benefício de prestação continuada a pessoa idosa junto ao requerido; que o requerido desconta 39% (trinta e nove por cento), mensalmente, do valor que recebe; que essa modalidade de benefício não permite a contratação de empréstimos; que o contrato deve ser anulado; que o requerido deve se abster de descontar os valores que descreve; que o pagamento das parcelas deve ser limitado a R\$ 100,00 (cem reais) com a emissão de boletos; que deve ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor à espécie. Pede a procedência da ação para esses fins.

O requerido contestou a ação aduzindo, preliminarmente, que falta a autora interesse de agir. No mérito, sustentou que na modalidade "LOAS" não é permitido desconto consignado; que os descontos são efetuados mediante saldo disponível em conta corrente; que a operação fora efetuada pela autora através do terminal de autoatendimento; que as parcelas não podem ser reduzidas; que o contrato faz lei entre as partes; que os descontos são

**1010577-79.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

legais e não configuram abuso de direito; que não pode ser aplicado à espécie o disposto no artigo 833, IV da lei processual civil. Pediu a improcedência da ação se não acolhida a preliminar (págs. 58/76).

A autora manifestou-se sobre a contestação (págs. 110/125).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

Manifesto o interesse de agir da autora que busca a anulação do contrato celebrado, bem como, alternativamente a limitação dos pagamentos ao valor que menciona por meio de boleto bancário.

No mais, a pretensão inicial é improcedente.

Com efeito, pretende a autora a anulação do contrato celebrado com o requerido.

É certo, contudo, que a modalidade "empréstimo rápido" contratada junto ao requerido ocorreu por meio de terminal de autoatendimento com a utilização de cartão e senha da autora de forma livre e espontânea.

Não há razão para a sua anulação, até porque não se vislumbra qualquer ilegalidade na contratação.

Ademais, o valor mutuado colocado a disposição da autora, que dele se utilizou, tornando a operação perfeita e acabada.

A readequação do contrato para R\$ 100,00 (cem reais) mensais, por meio de boleto até a liquidação do débito também é injustificável. Não


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

há fundamento para a pretendida redução.

Nem mesmo o limite postulado teria aplicação, na espécie, pois o vínculo contratual não se trata de empréstimo consignado que justificaria a redução no patamar apontado.

Nesse sentido já se decidiu:

RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÕES DE MÚTUO FIRMADO COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCONTO EM CONTA-CORRENTE E DESCONTO EM FOLHA. HIPÓTESES DISTINTAS. APLICAÇÃO POR ANALOGIA, DA LIMITAÇÃO LEGAL AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO AO MERO DESCONTO EM CONTA-CORRENTE, SUPERVENIENTE AO RECEBIMENTO DA REMUNERAÇÃO. INVIABILIDADE. DIRIGISMO CONTRATUAL, SEM SUPEDÂNEO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE." (Recurso Especial nº 1.586.910 – SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 03/10/2017)

Assim, e em face, desse contexto, não há como acolher-se as pretensões da autora.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora no pagamento das custas processuais e, honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 13 de novembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA